



ATO Nº 50.525, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2015

Processo nº 53500.210171/2015-65. Aprovar a publicação do escopo do INSTITUTO LAB SYSTEM DE PESQUISAS E ENSAIOS LTDA - LAB SYSTEM, na lista da Anatel de laboratórios de 3ª parte acreditados.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 50.554, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

Processo nº 53500.210103/2015-04. Aprova a inclusão de requisitos técnicos para a certificação de equipamentos para telecomunicações de Categoria I, com interfaces xDSL (Digital Subscriber Line) e xPON (Passive Optical Network), quanto ao suporte ao protocolo IPv6 (Internet Protocol version 6) na Lista de Requisitos Técnicos de Produtos para Telecomunicações - Categoria I.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 50.570, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015

Autorizar KING TRUCK SHOW EVENTOS E EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ Nº 04.257.590/0001-93 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Londrina/PR, no período de 04/12/2015 a 06/12/2015.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 22 DE DEZEMBRO DE 2015

Nº 7.207 - Processo nº 53500.210651/2015-26. Expede autorização à BRADAR AEROLEVANTAMENTO LTDA, CNPJ nº 16.925.001/0001-87, para explorar o Serviço Especial Para Fins Científicos ou Experimentais, de interesse restrito, sem caráter de exclusividade, pelo prazo de 12 meses, contado a partir da data de publicação deste Ato, e tendo como área de prestação do serviço o município de São José dos Campos - SP.

Nº 7.208 - Processo nº 535000132342008. Expede autorização de uso da(s) radiofrequência(s), à TECHDEC INFORMÁTICA LTDA, CNPJ nº 01.739.571/0001-05, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, até 4 de Junho de 2018, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es).

Nº 7.209 - Processo nº 535000237852011. Expede autorização de uso da(s) radiofrequência(s), à TCHETURBO PROVEDOR DE INTERNET LTDA, CNPJ nº 06.089.278/0001-63, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, até 18 de Setembro de 2027, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es).

Nº 7.210 - Processo nº 53528.200968/2015-46. Expede autorização de uso da(s) radiofrequência(s), à WGO TELECOMUNICACOES LTDA.-ME, CNPJ nº 03.577.867/0001-00, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, até 2 de Junho de 2021, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es).

Nº 7.211 - Outorgar autorização para uso das radiofrequências discriminadas na tabela anexa, nos municípios de instalação das estações relacionadas, à TELEMAR NORTE LESTE S.A., CNPJ nº 33.000.118/0002-50, a serem utilizadas para a prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral (STFC), sem exclusividade, em caráter precário e secundário, até o dia 31 de Dezembro de 2025.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

**SECRETARIA DE SERVIÇOS
DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA**
DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO
E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO
ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 824, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 1º do Capítulo I do Anexo IV da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53900.003967/2015-51, resolve:

Art. 1º Homologar a alteração dos objetivos sociais realizada pela FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PICUÍ - FUNDE-PI, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Picuí, estado da Paraíba, conforme os termos do Estatuto Social, datado em 13 de março de 2012, efetivado no Cartório do 1º Ofício de Picuí, sob o nº 1.597, fls. 175/181 do Livro A-11, passando a vigorar com a seguinte redação:

Constituem objetivos da Fundação:

I) explorar economicamente parte de seus bens e direitos para promover e subsidiar com os rendimentos auferidos, programas de desenvolvimento do ensino, da cultura, da saúde, pesquisa e extensão, bem como atividades técnicas e administrativas específicas;

II) prestar serviços técnico-científicos, remunerados ou não, a órgãos públicos, empresas privadas, entidades particulares e à comunidade;

III) executar e explorar serviços de radiodifusão;
IV)desempenhar outras atividades específicas e inerentes a suas finalidades essenciais, inclusive a divulgação de atos e fatos relacionados com a educação, cultura e a ciência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EMILIANO JOSÉ

SECRETARIA DE TELECOMUNICAÇÕES

PORTARIA Nº 6.771, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 11, inciso I, do Anexo ao Decreto nº 7.462, de 19 de abril de 2011, comunica aos interessados a prorrogação da Consulta Pública nº 01, publicada no DOU de 23 de novembro de 2015, seção 1, página 114, para debate acerca da revisão do atual modelo de prestação de serviços de telecomunicações, com o objetivo de refletir, no marco normativo setorial, a importância dos serviços de telecomunicações de suporte à banda larga.

As contribuições e sugestões fundamentadas e devidamente identificadas podem ser encaminhadas pela página <http://www.participa.br/revisaodomodelo> até às 24h do dia 15 de janeiro de 2016.

Serão também consideradas as manifestações encaminhadas por carta ou meio eletrônico recebidas até às 18h do 15 de janeiro de 2016, para:

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Telecomunicações
esplanada dos Ministérios, Bloco R - Sala 707
CEP 70044-900 - Brasília DF
E-mail: revisaomodelo@comunicacoes.gov.br

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

(*) Republicado por ter saído no DOU de 23-12-2015, Seção 1, pág. 113, com incorreção no original.

Ministério das Relações Exteriores

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 697, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2015

Estabelece as condições e os procedimentos para a análise de pedidos de comissionamento de diplomatas nas Missões Diplomáticas dos grupos C e D.

O MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos arts. 46 a 50 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, e no art. 75, do Decreto nº 7.304, de 22 de setembro de 2010, resolve:

Art. 1º As condições e os procedimentos para a análise de pedidos de comissionamento de diplomatas nas Missões Diplomáticas dos grupos C e D ficam regulamentados por esta portaria.

Art. 2º O comissionamento, de caráter transitório e excepcional, é concedido a diplomata designado para exercer, em Missão Diplomática no exterior pertencente aos grupos C e D, função relativa a uma ou a até duas classes superiores à sua, respectivamente.

§ 1º O diplomata perceberá a retribuição básica no exterior, acrescida de gratificação temporária, correspondente à diferença entre a retribuição básica do cargo efetivo e a do cargo no qual tiver sido comissionado, e da respectiva indenização de representação.

§ 2º A gratificação temporária a que alude o § 1º deste artigo somente será devida ao diplomata durante o período em que estiver comissionado, sendo vedada sua incorporação à retribuição no exterior ou à remuneração.

Art. 3º Em caráter excepcional, Ministro de Segunda Classe poderá ser comissionado como Chefe de Missão Diplomática Permanente dos grupos C e D.

Art. 4º Em caráter excepcional, o Conselheiro que preencha os requisitos constantes do art. 52, inciso II, da Lei nº 11.440/2006, poderá ser comissionado como Chefe de Missão Diplomática Permanente unicamente do grupo D.

Art. 5º O número de Ministros de Segunda Classe e de Conselheiros comissionados nos termos dos arts. 3º e 4º não poderá exceder o limite de trinta por cento do total de Missões Diplomáticas, excetuadas as cumulativas.

Art. 6º Quando não houver Ministro-Conselheiro em Missão Diplomática do grupo C, poderá ser comissionado diplomata da classe de Conselheiro lotado no Posto.

Art. 7º Quando não houver Ministro-Conselheiro em Missão Diplomática do grupo D, poderá ser comissionado diplomata da classe de Conselheiro ou de Primeiro-Secretário lotado no Posto.

Art. 8º Quando não houver Conselheiro em Missão Diplomática do grupo C, poderá ser comissionado diplomata da classe de Primeiro-Secretário lotado no Posto.

Art. 9º Quando não houver Conselheiro em Missão Diplomática do grupo D, poderá ser comissionado diplomata da classe de Primeiro-Secretário ou de Segundo-Secretário lotado no Posto.

Art. 10. Quando não houver Primeiro-Secretário em Missão Diplomática do grupo C, poderá ser comissionado diplomata da classe de Segundo-Secretário lotado no Posto.

Art. 11. Quando não houver Primeiro-Secretário em Missão Diplomática do grupo D, poderá ser comissionado diplomata da classe de Segundo-Secretário ou de Terceiro-Secretário lotado no Posto.

Art. 12. Quando não houver Segundo-Secretário em Missão Diplomática do grupo D, poderá ser comissionado diplomata da classe de Terceiro-Secretário lotado no Posto.

Art. 13. Nas situações previstas nos arts. 6º a 12 supracitados, o pedido de comissionamento deverá ser formulado pelo Chefe da Missão Diplomática, após a chegada do Diplomata ao Posto, e será analisado conforme o interesse da Administração.

§ 1º O comissionamento deverá ser solicitado por meio de telegrama com distribuição à Divisão do Pessoal e à área geográfica competente.

§ 2º O telegrama conterá a fundamentação do pedido, com as funções que o candidato desempenhará na Missão Diplomática, a indicação das responsabilidades a serem assumidas e a avaliação acerca da relevância do comissionamento perante a Chancelaria e demais autoridades e interlocutores locais.

Art. 14. No caso de diplomata designado em missão transitória com duração igual ou superior a 1 (um) ano ininterrupto, o comissionamento poderá ser solicitado nos termos desta portaria.

Art. 15. É vedado o comissionamento de mais de um diplomata na mesma função, na mesma Missão Diplomática.

Art. 16. O descomissionamento ocorrerá nas seguintes hipóteses:

I - quando a função que deu origem ao comissionamento vier a ser preenchida em decorrência do ato de remoção superveniente;

II - quando ato do Ministro de Estado reclassificar a Missão Diplomática;

III - em decorrência do ato de remoção para outro Posto ou para a Secretaria de Estado; e

IV - a qualquer momento, no interesse da Administração, por ato regulamentar.

Art. 17. Os casos omissos serão examinados pela Divisão do Pessoal, com base na legislação aplicável à matéria.

Art. 18. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURO VIEIRA

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 694, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

Altera o Submódulo 6.8 do PRORET e a Resolução Notmativa nº 547, de 16 de abril de 2013.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996; no art 4º, incisos IV e VIII, Anexo I, do Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997; no Decreto nº 8.401, de 4 de fevereiro de 2015; no art. 9º da Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015 e o que consta do Processo nº 48500.005575/2015-07, resolve:

Art. 1º O art. 5º-A na Resolução Normativa nº 547, de 16 de abril de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º-A A partir de 2 de março de 2015, na aplicação das bandeiras tarifárias aos consumidores finais, não incidem os descontos previstos no art. 1º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, com exceção dos descontos previstos no art. 25 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, que passam a incidir sobre as bandeiras tarifárias a partir de 9 de dezembro de 2015".

Art. 2º O item 27 do Submódulo 6.8 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, aprovado pela Resolução Normativa nº 649, de 27 de fevereiro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"27. Na aplicação das Bandeiras Tarifárias Amarela e Vermelha não incidem os descontos previstos no art. 1º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, com exceção dos descontos previstos no art. 25 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, que passam a incidir sobre as bandeiras tarifárias a partir de 9 de dezembro de 2015".

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL

Em 16 de dezembro de 2015

Nº 4.049 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta no Processo nº 48500.001534/2015-33, decide autorizar a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCCE a utilizar, em caráter excepcional e provisório, a partir da contabilização do mês de outubro de 2015 e até a aprovação de nova regra de apuração e aplicação da penalidade de potência, nos termos da Nota Técnica nº 261/2015-SRM/ANEEL, as alterações propostas na Audiência Pública Nº 84/2015, referentes aos módulos Medição Contábil (versão 2015.2.0) e Penalidade de Potência (versão 2015.2.0), para: (i) alterar a dimensão cadastral da potência assegurada das usinas de um valor fixo anual para valores mensais; (ii) possibilitar a participação na negociação bilateral de sobras de potência pelos agentes das classes de consumidores livres e especiais; (iii) apurar o saldo líquido único de potência para agentes que possuam ambos os perfis, de consumo e de